

CLÁUDIA ELISABETE SCHWERZ CAHALI

Mestre e doutora pela Pontifícia Universidade
Católica de São Paulo – PUC-SP
Professora e advogada

**O GERENCIAMENTO DE
PROCESSOS JUDICIAIS
EM BUSCA DA EFETIVIDADE
DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL**

Com remissões ao projeto do novo CPC

COLEÇÃO ANDREA PROTO PISANI

Volume 10

Coordenadores:

Ada Pellegrini Grinover

Petronio Calmon



Gazeta Jurídica

Brasília

2013

1ª edição - 2013

© Gazeta Jurídica Editora e Livraria Ltda ME

CIP-Brasil. Catalogação na publicação.
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

C134g

Cahali, Cláudia Elisabete Schwerz

O gerenciamento de processos judiciais: em busca da efetividade da prestação jurisdicional / Cláudia Elisabete Schwerz Cahali; coordenação Ada Pellegrini Grinover, Petronio Calmon. - 1. ed. - Brasília, DF: Gazeta Jurídica, 2013.

288 p.; 23 cm. Andrea Proto Pisani; 10)

Inclui bibliografia e índice

ISBN 978-85-67426-04-4

1. Processo civil - Brasil. I. Título. II. Série.

13-06669 CDU: 347.91/.95 (81)

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer forma ou meio, inclusive eletrônico. Sanções previstas nos artigos 102 e 104 da Lei dos Direitos Autorais – Lei 9610, de 19 de fevereiro de 1998 e no artigo 184 do Código Penal – Decreto-Lei 2848, de 7 dezembro de 1940.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS PELA

GAZETA JURÍDICA EDITORA E LIVRARIA LTDA ME

SHIS. QL 02, Conjunto 5 Casa 14, Lago Sul

CEP: 71610-055 - Brasília - DF

Diretora: ADRIANA BELTRAME

Presidente do Conselho Editorial: PETRONIO CALMON

IMPRESSO NO BRASIL / printed in Brazil

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1. TENDÊNCIAS ATUAIS DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL.....	5
1.1 A “crise do Judiciário”	5
1.2 As principais modificações introduzidas no processo civil brasileiro	10
1.3 O direito processual civil e o pós-positivismo.....	18
1.4 O neoconstitucionalismo	21
2. O GERENCIAMENTO DO PROCESSO	27
2.1 Aspectos gerais	28
2.2 O gerenciamento do processo como corolário do direito constitucional do acesso à justiça	34
2.3 Requisitos do gerenciamento do processo.....	38
2.4 As técnicas de gerenciamento do processo.....	42
2.4.1 A definição de um cronograma de atos e prazos processuais (calendarização) e a importância da audiência preliminar	46
2.4.2 Da flexibilização do procedimento	56
2.4.2.1 O gerenciamento do processo e a possibilidade de alargamento de prazos	57
2.4.2.2 A alteração da ordem na produção dos meios de prova	61
2.4.2.3 Da prova pericial	63
2.4.2.4 Demandas com pedidos cumulados: possibilidade de decisões independentes com vistas à efetividade processual	67

2.4.2.5 O parcelamento das custas e dos honorários periciais, inclusive iniciais (quando se tratar de urgência e não se configurar a hipótese de justiça gratuita).....	71
2.4.2.6 Definição prévia de atos a serem realizados na audiência	74
2.4.2.7 A importância da audiência em Direito de Família.....	75
2.4.2.8 A forma, requisitos legais e princípio da instrumentalidade do processo: análise de alguns exemplos	77
2.4.3 A utilização dos meios alternativos de resolução de conflitos como técnica de gestão do processo	81
2.4.3.1 A mediação e a conciliação	85
2.4.3.2 A arbitragem	93
2.4.3.2.1 A cooperação do Poder Judiciário e a arbitragem	97
2.4.3.2.2 A carta arbitral prevista pelo Projeto de Lei do Código de Processo Civil	103
3. A ESTABILIDADE DA JURISPRUDÊNCIA	107
4. OS <i>HARD CASES</i> E A CRIATIVIDADE JUDICIAL	123
4.1 Caracterização. Ambiente decisional frouxo: comporta certa criatividade do juiz	123
4.2 Os <i>hard cases</i> e a judicialização de políticas públicas	134
5. PRINCÍPIOS DO GERENCIAMENTO DO PROCESSO	139
5.1 Princípios: considerações gerais.....	139
5.2 Princípio do contraditório	143
5.3 Princípio da ampla defesa.....	148
5.4 Princípio da isonomia	150
5.5 Princípio da cooperação ou da colaboração.....	151
5.6 Princípio da motivação das decisões judiciais.....	155
5.7 Princípio da razoável duração do processo.....	160
5.8 Princípio da efetividade	165
5.9 Princípio da instrumentalidade das formas e do processo.....	168
5.10 Princípio da proteção da legítima confiança e a boa-fé objetiva processual	170

6.	PODERES INSTRUTÓRIOS DO JUIZ.....	173
6.1	Sistema processual adversarial e inquisitorial	173
6.2	Poderes instrutórios do juiz no direito processual civil brasileiro	176
6.2.1	A busca da verdade	180
6.2.2	O juiz moderador e a produção probatória	183
7.	PROCESSO E PROCEDIMENTO	189
7.1	A atribuição da competência legislativa pela Constituição Federal à União Federal e aos Estados e ao Distrito Federal	189
7.2	Projeto de lei referente ao código de procedimentos em matéria processual do Estado de São Paulo.....	195
8.	NOTAS SOBRE O GERENCIAMENTO DE PROCESSOS NO DIREITO ESTRANGEIRO.....	201
8.1	Inglaterra.....	203
8.2	Estados Unidos da América.....	208
8.3	Portugal.....	212
8.4	Uruguai	217
	CONCLUSÃO	223
	REFERÊNCIAS.....	227
	ANEXO.....	239